

12/11/2013

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.997 PARÁ**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: EDUARDO LIMA GRIPP</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: RAIMUNDO ALBERTO DE MELO E SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**EMENTA:** RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. CONSTITUCIONAL. IMPUTAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 299 DO CÓDIGO PENAL. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. PODER-DEVER DO MINISTÉRIO PÚBLICO E NÃO DIREITO SUBJETIVO DO RÉU. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA A NÃO SUSPENSÃO.

1. A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do réu. Precedentes. Foram apresentados elementos concretos idôneos para motivar a negativa de suspensão condicional do processo.

2. Recurso ao qual se nega provimento.

**A C Ó R D ã O**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência da Ministra Cármen Lúcia, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade, **em negar provimento ao recurso ordinário**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília, 12 de novembro de 2013.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA** - Relatora

12/11/2013

SEGUNDA TURMA

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.997 PARÁ**

<b>RELATORA</b>	<b>: MIN. CÁRMEN LÚCIA</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: EDUARDO LIMA GRIPP</b>
<b>RECTE.(S)</b>	<b>: RAIMUNDO ALBERTO DE MELO E SILVA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)</b>
<b>RECDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA</b>

**RELATÓRIO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido de medida liminar, interposto por EDUARDO LIMA GRIPP e RAIMUNDO ALBERTO DE MELO E SILVA contra julgado da Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça, que, em 4.9.2012, denegou a ordem no *Habeas Corpus* n. 218.785, Relator o Ministro Marco Aurélio Bellizze.

**O caso**

2. Tem-se nos autos que os Recorrentes foram denunciados pela prática dos delitos previstos no art. 299 c/c art. 29 do Código Penal, pela suposta prática de fraude da restituição/compensação de créditos tributários junto a Receita Federal, por intermédio da empresa Servic Construtora Ltda., da qual são sócios.

3. Os Recorrentes pediram a suspensão condicional do processo, com base no art. 89 da Lei n. 9.099/1995. Diante da manifestação do Ministério Público Federal contra essa suspensão, o juízo Federal da 3ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Pará proferiu o seguinte despacho:

*“Tendo em vista a manifestação do MPF pelo descabimento da proposta de sursis processual aos réus (fls. 1053/1054), dê-se nova*

**RHC 115997 / PA**

*vista à defesa para apresentar resposta à acusação, nos termos do art. 396 e 396-A do CPP, cientificada a defesa de que a falta de manifestação importará em imediata nomeação de defensor dativo para o ato, ficando a cargo dos réus o pagamento dos honorários do defensor nomeado e mantendo-se o advogado constituído para os demais atos do processo”.*

4. A defesa impetrou o *Habeas Corpus* n. 0037439-94.2011.4.01.0000 e, em 9.8.2011, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região denegou a ordem:

*“PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRÁTICA, EM TESE, DO DELITO PREVISTO NO ART. 299 DO CP. RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. LEI N. 9.099/95. ART. 89. PROPOSTA. FACULDADE EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. SÚMULA 696 DO STF. MANIFESTAÇÃO PELO DESCABIMENTO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CP, ART. 77. JULGADOR. CONCORDÂNCIA. CPP, ART. 28. APLICAÇÃO ANALÓGICA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.*

*1. A iniciativa para propor a suspensão condicional do processo, prevista no art. 89 da Lei n. 9.099/95, é exclusiva do Ministério Público, a teor da Súmula 696 do STF.*

*2. Não pode o magistrado conceder o sursis de ofício, sem a proposta do Ministério Público.*

*3. A manifestação do Ministério Público Federal pelo descabimento do sursis processual foi devidamente fundamentada, nos termos do art. 89 da Lei n. 9.099/95, c/c o art. 77 do Código Penal.*

*4. A autoridade apontada coatora indeferiu o pleito, acolhendo a cota ministerial, que deixou de ofertar tal benefício por entender ausentes os pressupostos.*

*5. Considerando que a recusa do órgão acusador foi devidamente justificada, bem como não ter havido divergência entre acusador e julgador, não se aplica ao caso o art. 28 do Código de Processo Penal.*

*6. Constrangimento ilegal não caracterizado.*

**RHC 115997 / PA**

*7. Ordem denegada”.*

5. Foi impetrado no Superior Tribunal de Justiça o *Habeas Corpus* n. 218.785, Relator o Ministro Marco Aurélio Bellizze. Em 4.9.2012, a Quinta Turma denegou a ordem:

*“PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ‘OPERAÇÃO CUPIM’. 1. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. NÃO OFERECIMENTO PELO PARQUET. AUSÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO DO ACUSADO. PODER-DEVER DO TITULAR DA AÇÃO PENAL. 2. NEGATIVA DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. REPROVABILIDADE DA CONDUTA (CULPABILIDADE). ART. 89, CAPUT, DA LEI 9.099/1995 C/C O ART. 77, II, DO CP. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL NO PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. 3. ORDEM DENEGADA.*

*1. A suspensão condicional do processo não é direito público subjetivo do acusado, mas sim um poder-dever do Ministério Público, titular da ação penal, a quem cabe, com exclusividade, analisar a possibilidade de aplicação ou não do referido instituto, desde que o faça de forma fundamentada.*

*2. Encontrando-se a negativa do Ministério Público, acatada pelo magistrado, devidamente fundamentada nos termos da lei (art. 89, caput, da Lei 9.099/1995 c/c o art. 77, II, do CP), levando em consideração dados concretos dos autos relativos à maior reprovabilidade da conduta dos pacientes, não se verifica constrangimento ilegal no prosseguimento da ação penal.*

*3. Ordem denegada”.*

6. Esse acórdão é o objeto do presente recurso ordinário em *habeas corpus*, interposto tempestivamente, no qual os Recorrentes alegam que seriam inidôneos os fundamentos adotados pelo Ministério Público Federal em primeira instância para se manifestar pelo não preenchimento dos requisitos para suspensão condicional do processo.

**RHC 115997 / PA**

Ressaltam que teriam sido apontados como fundamentos elementos do tipo penal do crime imputado (art. 299 do Código Penal) e que preencheriam os requisitos para a suspensão condicional do processo previstos no art. 89 da Lei n. 9.099/1995.

Este o teor dos pedidos:

*“a) que seja concedida medida liminar para determinar o sobrestamento dos autos do processo nº 18410-32.2010.4.01.3900, em trâmite pela 3ª Vara da Seção Judiciária do Estado do Pará, até o efetivo julgamento do mérito do presente recurso.*

*b) que seja concedida a ordem para sanar a ilegalidade perpetrada no v. acórdão recorrido, determinando-se a nulidade dos atos praticados a partir do r. parecer ministerial no qual negou-se a formulação de proposta de suspensão condicional do processo, em virtude da inidoneidade da fundamentação lastreada em aspectos inerentes ao próprio tipo penal e na formulação de juízo negativo em torno da reprovabilidade da conduta delituosa, como forma de impedir qualquer benefício legal”.*

7. Em 12.12.2012, indeferi a medida liminar requerida, requisitei informações e determinei vista dos autos ao Procurador-Geral da República.

8. As informações foram prestadas e a Procuradoria-Geral da República opinou pelo não provimento do recurso.

É o relatório.

12/11/2013

SEGUNDA TURMA

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.997 PARÁ

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA - (Relatora):**

1. Razão jurídica não assiste aos Recorrentes.

2. Ao se manifestar contra o pedido de suspensão do processo formulado pela defesa dos Recorrentes, o Ministério Público Federal fundamentou nestes termos, acolhidos pelo juízo federal da 3ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Pará:

*“O beneficiário da suspensão do processo, capitulada no art. 89 da lei n. 9.099/95, deve preencher os requisitos previstos no art. 77 do CP (suspensão condicional da pena).*

*Assim, tendo o crime, objeto da denúncia, pena cominada igual ou inferior a um ano, é possível a suspensão do processo desde que preenchidos os requisitos do art. 77 do CP.*

*(...)*

*Observa-se que, ainda que o art. 89 da lei n. 9.099/95 possibilite a concessão da suspensão do processo, está condicionada ao preenchimento dos requisitos do art. 77 do CP.*

*No caso dos autos, considerando os motivos e as circunstâncias nas quais foram praticadas o crime, e ainda a conduta social e personalidade dos agentes, resta evidente que o requisito previsto no inciso II, do referido artigo, não está atendido.*

*Isso porque o crime foi praticado mediante esquema fraudulento, no qual as empresas utilizavam-se conscientemente de artifícios e ardis, com o nítido objetivo de ludibriar a Receita Federal. As empresas utilizavam-se de créditos inexistentes e para fazer a compensação destes créditos, simulavam uma operação de sucessão entre as empresas de modo a obter a restituição de tais créditos, que, ressalte-se, eram inexistentes.*

*Tal conduta perpetrada pelas empresas, entre elas a empresa*

**RHC 115997 / PA**

*SERVIC, que tem como sócios os denunciados, ensejou sérios e graves prejuízos ao erário, tendo em vista que as falsas declarações de compensação de créditos tributários apresentadas pela empresa tem o efeito de extinguir débitos sob condição resolutória, bem como de postergar o recolhimento de tributos federais e até mesmo de prescrição e decadência dos tributos, conforme apontado em relatório da Receita Federal.*

*Além disso, a dimensão da fraude perpetrada pelos denunciados tem de ser levada em conta.*

*O fato é que, tendo em vista a dimensão do crime e a fraude perpetrada, logo, a conduta social e personalidade dos agentes, que conscientemente se articularam para enganar a Receita Federal e, conseqüentemente, causar danos ao erário e obter vantagem econômica de forma ilícita, não pode ter cabimento a suspensão do processo requerida nos autos.*

*A concessão da suspensão do processo no caso em exame seria até uma forma de estimular a prática de crimes dessa magnitude, nos quais o agente fraudava, falsifica, obtém vantagens ilícitas e ainda tem seu processo suspenso, com possibilidade de ter extinta a punibilidade.*

*Ademais, tendo o Ministério Público a titularidade da ação penal pública, cabe a ele o oferecimento da proposta de suspensão do processo e não ao réu o direito de escolher a sanção que lhe será imposta.*

*Por todo o exposto, o MPF manifesta-se pelo descabimento do sursis processual em favor de EDUARDO LIMA GRIPP e RAIMUNDO ALBERTO DE MELO E SILVA, razão pela qual mantém os exatos termos da peça vestibular” (grifos nossos).*

**3. Ao denegar a ordem, a Quarta Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região assentou:**

*“prevê a Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal:*

*‘Reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código*

**RHC 115997 / PA**

*de Processo Penal’.*

*Dessarte, não pode o magistrado conceder o sursis de ofício, sem a proposta do Ministério Público.*

*Outrossim, conforme afirmado pelos próprios impetrantes, a autoridade apontada coatora indeferiu o pleito (...) acolhendo a cota ministerial, que deixou de ofertar tal benefício por entender ausentes os pressupostos (...), não havendo assim, que se falar em nulidade.*

*Por fim, considerando que a recusa do órgão acusador foi devidamente justificada bem como não ter havido divergência entre acusador e julgador, não se aplica ao caso o art. 28 do Código de Processo Penal” (grifos nossos).*

**4. Esse julgado foi mantido pela Quinta Turma do Superior Tribunal de Justiça:**

*“Com efeito, importante elucidar, num primeiro momento, que, nos termos do que ficou recentemente assentado pela Corte Especial deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento da Ação Penal nº 634/RJ, a suspensão condicional do processo não é direito público subjetivo do acusado, mas sim um poder-dever do Ministério Público.*

*(...)*

*De fato, sendo o Ministério Público o titular da ação penal, cabe exclusivamente a ele analisar a possibilidade de aplicação ou não do instituto da suspensão condicional do processo, desde que o faça de forma fundamentada. Note-se que mesmo na hipótese de o magistrado entender cabível o sursis processual, não pode ele propor o benefício, devendo, remeter os autos ao Procurador-Geral, em analogia ao art. 28 do Código de Processo Penal, nos termos do que sumulado pelo Supremo Tribunal Federal no enunciado 696.*

*(...)*

*Tem-se, assim, que não se pode falar, de forma simplista, em direito subjetivo do réu. Com efeito, a recusa da proposta concretamente motivada não acarreta, por si só, em ilegalidade ou abuso ministerial sob nenhum aspecto. Importante asseverar que a motivação mostra-se imperiosa, haja vista estar-se em um Estado de Direito Democrático.*

**RHC 115997 / PA**

(...)

Entendo, portanto, que o não oferecimento do sursis processual foi suficientemente fundamentado em dados concretos dos autos. De fato, entendeu o órgão ministerial não terem sido preenchidos os requisitos trazidos no inciso II do art. 77 do Código Penal, aos quais remete o art. 89, caput, da Lei 9.099/95, pois, a seu ver, os motivos e as circunstâncias nas quais foi praticado o crime, bem como a conduta social e personalidade dos agentes não recomendam a aplicação da referida benesse.

Saliento que, ao longo de sua manifestação, conforme visto alhures, o parquet efetivamente aponta dados concretos do processo, aptos a justificar o não preenchimento do requisitos legais. Para tanto, destaca a dimensão do crime e a fraude perpetrada, articulada para enganar a Receita Federal e, conseqüentemente, causar danos ao erário e obter vantagem econômica de forma ilícita.

Constato, assim, que a culpabilidade dos pacientes foi valorada pelo Ministério Público de forma motivada, considerando-se a maior reprovabilidade de suas condutas, o que legitima, in casu, o não oferecimento da suspensão condicional do processo. Dessa forma, reverter a conclusão a que chegaram as instâncias ordinárias, ao ratificar o entendimento esposado pelo parquet, implicaria em indevido revolvimento dos fatos e provas dos autos, o que é vedado na via eleita.

(...)

Destaco, ainda, que não há se falar, in casu, em aplicação do art. 28 do Código de Processo Penal, nos termos do que disciplina o enunciado 696 do Supremo Tribunal Federal, verbis: ‘reunidos os pressupostos legais permissivos da suspensão condicional do processo, mas se recusando o Promotor de Justiça a propô-la, o Juiz, dissentindo, remeterá a questão ao Procurador-Geral, aplicando-se por analogia o art. 28 do Código de Processo Penal’.

De fato, referido entendimento não se aplica ao presente caso, porquanto não houve discordância entre o órgão ministerial e o Juízo a quo, o qual entendeu corretos os fundamentos da quota ministerial. Dessarte, não se verifica qualquer ilegalidade nos atos praticados até então pelas instâncias ordinárias, mostrando-se regular o

**RHC 115997 / PA**

*prosseguimento da ação penal instaurada em desfavor dos pacientes” (grifos nossos).*

5. Apresentados elementos concretos idôneos para motivar a negativa de suspensão condicional do processo, considerados os “*motivos e as circunstâncias nas quais foi praticado o crime, bem como a conduta social e personalidade dos agentes*”, o julgado apontado como coator ajusta-se à jurisprudência de ambas as Turmas deste Supremo Tribunal:

*“HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. ABORTO. EXTENSÃO A CO-DENUNCIADO. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E DO CONTRADITÓRIO. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. A suspensão condicional do processo não é direito subjetivo do acusado; sua concessão é de competência exclusiva do Ministério Público, sempre de maneira fundamentada (Súmula 696). A inextensão do benefício ao co-denunciado pelo crime de aborto não viola os princípios do devido processo legal e do contraditório, visto que se encontra devidamente motivada. Ordem denegada” (HC 84.935, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Segunda Turma, DJ 20.5.2005).*

E:

*“HABEAS CORPUS. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (LEI 9.099/95, ART. 89). REQUISITO OBJETIVO E CONTINUIDADE DELITIVA. INEXISTÊNCIA DE DIREITO SUBJETIVO À SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO. SÚMULA 696. ORDEM DENEGADA. 1. Em se tratando de crimes idênticos em continuidade delitiva, o requisito objetivo para a suspensão condicional do processo deverá ser calculado pela pena mínima cominada em abstrato, majorada em um sexto. 2. A suspensão condicional do processo tem natureza jurídica de transação processual, daí porque inexistente direito subjetivo do réu a sua aplicação. 3. Se o Ministério Público expressa e motivadamente deixa de oferecer a suspensão condicional do processo, e o juiz homologa essa*

**RHC 115997 / PA**

*manifestação, não há que se aplicar a Súmula 696 do Supremo Tribunal Federal” (HC 83.250, Rel. Min. Joaquim Barbosa, Primeira Turma, DJ 12.3.2004).*

**6. Na mesma linha, o parecer da Procuradoria-Geral da República:**

“É iterativa a jurisprudência dessa Suprema Corte que destaca ser da prerrogativa do Ministério Público exercer o juízo valorativo acerca da oportunidade de se oferecer a proposta de sursis processual ao acusado, o qual não detém direito subjetivo à realização do benefício (...).

*Na espécie, o Ministério Público Federal – MPF reportou-se especial e minudentemente aos motivos, à conduta social, à personalidade e às circunstâncias do ilícito penal praticado pelos pacientes para recusar a oferta da suspensão condicional do processo, em manifestação cujo teor não alude apenas a elementos inerentes ao tipo, mas sim a caracteres específicos do delito (...).*

Desse modo, a inaplicabilidade da suspensão condicional da pena, decorrente das condições subjetivas desfavoráveis dos pacientes, desautoriza consequentemente a concessão da suspensão condicional do processo por ausência de requisito legal” (grifos nossos).

**7. Pelo exposto, encaminho a votação no sentido de negar provimento ao recurso.**

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS 115.997**

PROCED. : PARÁ

**RELATORA : MIN. CÁRMEN LÚCIA**

RECTE.(S) : EDUARDO LIMA GRIPP

RECTE.(S) : RAIMUNDO ALBERTO DE MELO E SILVA

ADV.(A/S) : MARIA CLÁUDIA DE SEIXAS E OUTRO(A/S)

RECDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, negou provimento ao recurso ordinário, nos termos do voto da Relatora. **2ª Turma**, 12.11.2013.

Presidência da Senhora Ministra Cármen Lúcia. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski e Teori Zavascki.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Ravena Siqueira  
Secretária Substituta